



Porto Alegre, 21 de outubro de 2021.

Orientação Técnica IGAM nº 26.570/2021.

I. O Poder Legislativo de Itaquí solicita análise e orientação técnica a respeito do Projeto de Lei nº 59, de 2021, de iniciativa do Poder Executivo, que altera a Lei Municipal nº 1.751, de 1990.

II. Inicialmente, do ponto de vista formal, o Projeto de Lei, em tela, por ser de iniciativa do Prefeito, encontra-se adequado, tendo em vista que é de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo dispor sobre seus servidores, nos termos do disposto na alínea “a” do inciso II do § 1º do art. 61 da Constituição Federal.

De forma mais específica, o art. 53, k, da Lei Orgânica Municipal de Itaquí prevê, como sendo competência privativa do Prefeito, a iniciativa de lei que disponha sobre a expedição de atos referentes à situação funcional dos servidores.

Quanto ao seu conteúdo, a Proposição objetiva alterar o parágrafo único, do art. 83, do Regime Jurídico Único, que trata acerca do prazo para concessão da gratificação natalina.

Deste modo, a situação precisa ser vista sob a ótica do disposto na Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020:

Art. 8º Na hipótese de que trata o [art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000](#), a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios afetados pela calamidade pública decorrente da pandemia da Covid-19 ficam proibidos, até 31 de dezembro de 2021, de:

I - **conceder, a qualquer título, vantagem**, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a membros de Poder ou de órgão, servidores e empregados públicos e militares, **exceto quando derivado** de sentença judicial transitada em julgado ou **de determinação legal anterior à calamidade pública**;
[...]

VI - **criar** ou majorar **auxílios**, vantagens, bônus, abonos, verbas de representação ou benefícios de qualquer natureza, **inclusive os de cunho indenizatório**, em favor de membros de Poder, do Ministério Público ou da



Defensoria Pública e de servidores e empregados públicos e militares, ou ainda de seus dependentes, exceto quando derivado de sentença judicial transitada em julgado ou **de determinação legal anterior à calamidade**;

Nesse sentido, é importante esclarecer que a ampliação do prazo de concessão de gratificação também é alcançada na proibição do inciso I do art. 8º da Lei Complementar nº 173, a partir da sua publicação (28 de maio de 2020), onde consta a impossibilidade de concessão “a qualquer título” de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração

Portanto, por mais que já exista lei concedendo a gratificação natalina em determinados meses, a ampliação do prazo da concessão da mesma esta vedada até 31 de dezembro de 2021, uma vez que o objetivo da Lei Complementar nº 173 de 2020 é exatamente o de impedir a adequação de vantagens aos servidores durante o prazo de vedação assinalado.

Contudo, com o fito de colaborar, caso haja interesse por parte do Poder Executivo, a Proposição estará tecnicamente viável para seguir sua tramitação, caso as alterações propostas tenham efeito a partir do próximo exercício, ou seja, a partir de 2022.

III. Diante do exposto, conclui-se que o Projeto de Lei nº 59, de 2021 é considerado tecnicamente inviável, uma vez que busca a prorrogação do pagamento de gratificação natalina, o que está vedado pela Lei Complementar nº 173 de 2020 até 31 de dezembro de 2021.

Entretanto, conforme acima citado, a Proposição poderá ser considerada tecnicamente viável, se a vigência for a partir do ano de 2022.

O IGAM permanece à disposição.

DIGIANE SILVEIRA STECANELA
Advogada, OAB/RS 78.221
Consultora Técnica do IGAM